

Governadores só aceitam 12,5%

BRASÍLIA — O máximo de concessão dos governos estaduais ao pagamento das dívidas avalizadas pela União, consiste no recolhimento de 12,5% dos débitos a vencer em 1989. Os governadores não aceitam discutir qualquer proposta que envolva o recolhimento de parcelas do estoque de dívidas vencidas e honradas pelo Tesouro Nacional. A posição dos estados foi comunicada ontem pela manhã ao relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), por quinze secretários de Fazenda reunidos numa sala do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal.

A proposta será confirmada hoje pelos 21 governadores do PMDB, em reunião com o presidente do partido e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Ontem, em Belo Horizonte, o governador Newton Cardoso classificou a proposta de "definitiva" e se disse pronto a comemorar o acordo com o governo. O senador Almir Gabriel limitou-se a acolher a fórmula apresentada pelos secretários como "mais uma sugestão".

A fórmula dos governadores poderá ser introduzida no orçamento através de uma emenda do deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), que prevê uma reforma do texto da lei orçamentária para acrescentar os critérios de rolagem das dívidas de estados e municípios. A emenda de Israel Pinheiro tornou-se, no entanto, necessária, a partir da constatação de que o Legislativo não tem arbítrio constitucional para reduzir a receita do governo, contida no orçamento e formada também pelo pagamento de dívidas por outras esferas do poder público. A normatização da rolagem da dívida no texto da lei impedirá o governo de cobrar débitos acima de um determinado patamar, que os governadores pretendem fixar em 12,5%, enquanto Israel Pinheiro quer 15%.

De qualquer forma, governadores e parlamentares já contam com um instrumento para decidir a questão sem negociar com o Executivo. "A emenda do Israel deixa a decisão conosco", afirma o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-PA), assegurando, porém, que a tendência do Congresso é negociar ao máximo com o governo.